



RELATÓRIO DE ATIVIDADES TRIMESTRAL

Abril a julho de 2021

A. CONTRATO

Para a realização de Serviços de Consultoria Técnica - nº 4500176574
Viabilizar Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e outras Assessorias ao Ministério Público Federal

B. RESPONSÁVEIS

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo
Fone: 11 3256 7852	E-mail: avaraujo@fundobrasil.org.br
Ministério Público Federal	Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva
Fone: 31 2123-9174	E-mail: carlosbruno@mpf.mp.br

C. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Período de abrangência:	09 de abril a 08 de julho de 2021
Data de Envio:	20 de julho de 2021

D. DESCRITIVO

O documento a seguir tem por objetivo apresentar as atividades realizadas entre os meses de abril e julho de 2021. Trata-se do décimo segundo relatório elaborado no contexto do marco do aditivo contratual celebrado em 28 de junho de 2019, que tem como objetivo implementar a Proposta Técnica e Comercial com vistas à execução da totalidade das ações previstas no Termo de Ajustamento Preliminar e no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Governança), inclusive o trabalho de contratação e coordenação metodológica das Assessorias Técnicas pelo Fundo Brasil.

Assim como informado no relatório anterior, desde janeiro de 2021 as ações desempenhadas pelo Fundo Brasil também passaram a compreender o apoio técnico à Força-Tarefa do Rio Doce no esforço de repactuação do processo de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

O atraso no processo de contratação das Assessorias Técnicas, circunstância que extrapola o controle do Fundo Brasil de Direitos Humanos, inviabilizou a execução da totalidade das atividades previstas no Plano Trimestral de Trabalho referente ao período. Destarte, tal como nos relatórios anteriores, os subitens de atividades não efetivadas foram suprimidos do texto em prol da fluidez da leitura.



Em virtude das restrições impostas pela pandemia da Covid-19 e das recomendações das autoridades, as atividades do Fundo Brasil de Direitos Humanos continuam em regime de trabalho domiciliar, salvo exceções justificadas.

EIXO 1: CONTRATAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

1.1 Sistema de Contratação das Assessorias Técnicas

No período de abrangência deste relatório, o Fundo Brasil foi responsável pela elaboração de Nota Técnica acerca do processo de escolha e credenciamento da Assessoria Técnica de Conceição da Barra/ES, município integrante do Território 16 – Macrorregião Litoral Norte do Espírito Santo/ES, conforme determinação do Ministério Público Federal (em 05/05/2021).

EIXO 2: COORDENAÇÃO METODOLÓGICA DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS CONTRATADAS

2.1 Processos de coordenação metodológica das Assessorias Técnicas Contratadas

No período compreendido por este relatório, o Fundo Brasil participou das atividades abaixo listadas:

APOIO TÉCNICO ÀS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA NO CONTEXTO DO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DA REPARAÇÃO

Ao longo do último trimestre a equipe do Fundo Brasil continuou a dar prioridade ao trabalho de apoio técnico à Força Tarefa do Rio Doce no esforço de repactuação do processo integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

ELABORAÇÃO DE CADERNOS TEMÁTICOS

Assim, a equipe do Fundo Brasil contribuiu, em cooperação com as equipes dos demais experts do Ministério Público Federal, para a elaboração das propostas prioritárias da Força-Tarefa para a repactuação, construídas com base no trabalho dos próprios experts e à luz das prioridades apresentadas pelos territórios em consulta viabilizada pelo Fundo Brasil no período de 24 de novembro a 7 de dezembro de 2020, apresentadas a seguir:

1. Assessorias Técnicas Independentes;
2. Trabalho, Renda, Turismo e Economia;
3. Infraestrutura e Moradia;
4. Meio Ambiente;
5. Água, Segurança Hídrica e Alimentar;
6. Saúde;



- 7. Indenizações;
- 8. Proteção Social e Reconhecimento da Condição de Atingido/a;
- 9. Educação e Cultura;
- 10. Transparência, Informação e Participação;
- 11. Povos Indígenas, Quilombolas, demais comunidades tradicionais e especificidades do território;
- 12. Governança;

Em especial, ao longo do último trimestre, o Fundo Brasil foi responsável pela elaboração e entrega, em cooperação com os demais *experts* integrantes da Força-Tarefa do Rio Doce, de Cadernos Temáticos para a Repactuação a respeito dos temas “Transparência, Informação e Participação” (em 29/04/2021) e “Assessorias Técnicas Independentes” (em 06/05/2021). A equipe do Fundo Brasil também contribuiu com o trabalho de elaboração dos demais cadernos temáticos da repactuação, coordenado pelos demais *experts*, sempre buscando assegurar a correta atribuição ao trabalho das Assessorias Técnicas e a participação das pessoas atingidas em relação a cada um dos temas prioritários que serão repactuados. Ao longo do último trimestre, o Fundo Brasil participou de pelo menos 20 reuniões com as Instituições de Justiça e demais *Experts* para a preparação da repactuação, tal como listado a seguir:

Data	Objeto da Reunião
12/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Transparência, Informação e Participação
12/04/2021	Reunião do Núcleo de Integração dos Experts
13/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Alinhamento
14/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Assessorias Técnicas Independentes
15/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Governança
15/04/2021	Reunião Alinhamento Experts - Transparência, Informação e Participação



16/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Transparência, Informação e Participação
16/04/2021	Reunião do Núcleo de Integração dos Experts
19/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Alinhamento
19/04/2021	Reunião Alinhamento Experts – Segurança Hídrica
22/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Alinhamento
22/04/2021	Reunião Alinhamento Experts – Governança
23/04/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Governança
27/04/2021	Reunião Alinhamento Experts - Transparência, Informação e Participação
28/04/2021	Reunião do Núcleo de Integração dos Experts
04/05/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: Assessorias Técnicas Independentes
05/05/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: compartilhamento de informes apresentados pelas Instituições de Justiça a respeito do andamento das negociações de abertura da mesa de repactuação
06/05/2021	Reunião FTRD e Experts Processo de Repactuação – Tema: compartilhamento de informes apresentados pelas Instituições de Justiça a respeito do andamento das negociações de abertura da mesa de repactuação



25/05/2021	Reunião Experts Tema: alinhamento para elaboração de sumário executivo para os cadernos temáticos
26/05/2021	Reunião do Núcleo de Integração dos Experts

CONTRATAÇÃO DAS ATI

Ao longo do último trimestre a equipe do Fundo Brasil realizou reuniões com as Assessorias Técnicas escolhidas pelos territórios 1 a 16 e, em atendimento à solicitação das Instituições de Justiça, também com a Cáritas (Assessoria Técnica já instalada em Mariana/MG), AEDAS (Assessoria Técnica já instalada em Barra Longa/MG) e o Centro de Formação Popular Rosa Fortini (Assessoria Técnica já instalada em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG). Ao todo, foram realizadas 07 reuniões que tiveram como objetivo colher junto às entidades subsídios para as negociações no âmbito do processo de repactuação da reparação em curso.

Em especial, a partir de demanda apresentada pelas Instituições de Justiça em reunião realizada em 29 de junho de 2021, o Fundo Brasil trabalhou junto com as entidades de Assessoria Técnica para contribuir para a elaboração de um documento da Força Tarefa com proposta de escopo atualizado para as ATI para apresentação às partes envolvidas no processo de repactuação. O documento foi enviado para as Instituições de Justiça em 30 de junho de 2021.

GRUPO DE TRABALHO ENTRE *EXPERTS* SOBRE SISTEMA NOVEL

Em 06 de julho de 2021, Fundo Brasil e Fundação Getúlio Vargas realizaram uma primeira reunião para tratar da criação de um grupo de trabalho para o atendimento de demanda do Ministério Público Federal em relação às tratativas relacionadas ao Sistema Novel no âmbito do processo de repactuação.

Uma vez que a repactuação abrange o tema da indenização às pessoas atingidas, objeto de dissensos e questionamentos em âmbito judicial, a pedido do Ministério Público Federal, o Fundo Brasil e a Fundação Getúlio Vargas atuarão em conjunto para identificar e elaborar propostas visando subsidiar as Instituições de Justiça com dados e informações acerca do Sistema Novel.

Entre outras atribuições, o grupo de trabalho irá analisar quem efetivamente está sendo beneficiado pelo Novel; quem está sendo excluído e com base em quais fundamentos, dadas as limitações do cadastro; além de realizar uma investigação sobre os seus fluxos e processos. A expectativa é que o Fundo Brasil de Direitos Humanos contribua ao trazer a perspectiva das pessoas atingidas que já conseguiram ou ao menos tentaram acessar o sistema indenizatório, bem como aquelas já indenizadas. Ao final dos trabalhos, serão elencadas propostas para o



aprimoramento do Sistema Novel, subsidiando assim a atuação da Força Tarefa do Rio Doce e demais Instituições de Justiça no processo de repactuação. O 13º Plano de Atividades Trimestral do Fundo Brasil já prevê a realização de atividades para o desenvolvimento dos objetivos propostos pelo grupo de trabalho.

TRANSPARÊNCIA, INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS

- **Reunião virtual com a Força-Tarefa do Rio Doce, Atingidos(as) e o Conselho Nacional de Justiça: no dia 28 de maio de 2021;**

A pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Fundo Brasil acompanhou a reunião realizada entre pessoas atingidas, representantes do MPMG e da DPE-ES e a Conselheira do CNJ responsável à época pela condução da mesa de tentativa de negociação a respeito da repactuação do processo de reparação de danos, Dra. Maria Teresa Gomes. O objetivo da reunião foi apresentar brevemente expectativas e propostas das pessoas atingidas para o curso da repactuação.

- **Reunião virtual de alinhamento com a Força-Tarefa do Rio Doce, Atingidos(as) e Assessorias Técnicas escolhidas: no dia 29 de maio de 2021;**

Como desdobramento da reunião realizada no dia 28 de maio de 2021, a pedido do MPMG e da DPE-ES, o Fundo Brasil viabilizou uma reunião ampliada com representantes de diversas comunidades atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce, as entidades escolhidas para atuar como Assessoria Técnica nos territórios 1 a 16 e os representantes das Instituições de Justiça, com o objetivo de compartilhar um diagnóstico atualizado sobre o status da contratação das ATIs em cada um desses territórios e apresentar, ainda, detalhes sobre o processo de escolha das organizações viabilizado pelo Fundo Brasil; a construção participativa dos Planos de Trabalho e Orçamento com as comunidades atingidas; a validação dos Planos realizada pelo Fundo Brasil com base nos critérios estabelecidos pelas Instituições de Justiça e empresas (parâmetro do contrato do Centro Popular Alternativo Rosa Fortini em Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Xopotó); os territórios em que foram apresentados pedidos de destituição da entidade escolhida e os motivos apresentados; indícios de desvirtuamento de fatos e também de ilicitudes em tais demandas judicializadas, entre outras informações.

Por parte das pessoas atingidas, foram apresentadas diversas demandas, dentre as quais: a imediata contratação das entidades escolhidas para atuar como Assessoria Técnica; a prorrogação do contrato com a AEDAS na condição de ATI em Barra Longa (MG); a abertura de uma rodada de reuniões de diálogo entre Instituições de Justiça e pessoas atingidas no Estado do Espírito Santo; a revisão do corte do AFE para que as pessoas atingidas continuem recebendo, bem como sigam sendo parte dos Programas de reparação; a revisão da cláusula



de quitação final presente no Sistema Indenizatório Simplificado - *Novel* estabelecido no âmbito da 12ª Vara Federal da SJMG; a revisão dos valores pagos por intermédio do *Novel* e a criação de uma solução para as pessoas que não aderiram ao *Novel*, dentre outras reivindicações.

- **Envio às Instituições de Justiça de apresentação com informações relevantes sobre o direito à Assessoria Técnica Independente nos territórios 1 a 16: no dia 29 de maio de 2021;**

Em 29 de maio de 2021, a pedido das Instituições de Justiça que participaram da reunião realizada no dia anterior, foram encaminhados os documentos de referência para a apresentação elaborada pelo Fundo Brasil, a saber:

1. Relatório Técnico Consolidado de outubro/2020, referente à atuação do Fundo Brasil de Direitos Humanos como expert do Ministério Público, até setembro de 2020;
2. Notas Técnicas elaboradas pelo FBDH a respeito da contratação das ATIs no âmbito do Eixo Prioritário nº 10 (1ª Nota Técnica - fevereiro/2020, 2ª Nota Técnica - maio/2020 e 3ª Nota Técnica - junho/2020);
3. Síntese comparativa entre Planos de Trabalho de ATI e a adoção do parâmetro estabelecido pela contratação da ASPERQD em Degredo;
4. Apresentação de PPT feita na reunião de 29/05/2020;
5. Notas Técnicas sobre os pedidos de destituição de ATI em parte dos territórios do ES, alguns com indícios de fraudes (Nota Técnica São Mateus e Baixo Guandu, Nota Técnica Aracruz, Nota Técnica Linhares e Nota Técnica Conceição da Barra).

- **Envio às Instituições de Justiça de documento consolidando o status do direito à Assessoria Técnica Independente nos 21 territórios atingidos: no dia 31 de maio de 2021;**

Ainda como desdobramento da reunião realizada em 29 de maio de 2021, o Fundo Brasil elaborou e encaminhou às Instituições de Justiça documento que sistematiza informações atualizadas sobre o direito à Assessoria Técnica Independente nos territórios 1 a 16 (cuja escolha de Assessoria Técnica foram viabilizadas pelo Fundo Brasil) e também nos territórios de Mariana, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado/Rio Doce e Xopotó, acompanhado da relatoria da reunião do dia 29 de maio e documentos encaminhados pelas Assessorias Técnicas que atuam nestes três últimos territórios.

EIXO 3: ASSESSORAR O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CONSULTAS PRÉVIAS PREVISTAS NO TERMO ADITIVO AO TAP E TAC GOVERNANÇA



No âmbito do processo de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, as Instituições de Justiça atuantes na Força-Tarefa Rio Doce solicitaram ao Fundo Brasil de Direitos Humanos (Fundo Brasil) a construção de agenda para a realização de reuniões virtuais com atingidos(as) de territórios do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de:

- i) Apresentar os novos integrantes das Instituições de Justiça que atuam no caso Rio Doce às pessoas atingidas em seus territórios; e
- ii) Informar as comunidades sobre os aspectos gerais da repactuação do processo de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

Em atenção à solicitação feita, entre os dias 03 de maio e 07 de junho de 2021, o Fundo Brasil realizou por videoconferência 13 reuniões com territórios mineiros, cada qual com uma duração média de 3h30. Os encontros contaram com a presença de 705 pessoas, dentre as quais atingidos(as), membros do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, da Defensoria Pública da União, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, dos experts Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fundação Getúlio Vargas e Ramboll, de organizações escolhidas para atuar como Assessorias Técnicas pelos respectivos territórios, de Movimentos Sociais que atuam na região, de acadêmicos(as) e do Ouvidor-Geral da Fundação Renova.



Data	Território(s)	Horário
03/05/2021	Governador Valadares	19h
05/05/2021	Conselheiro Pena	19h
06/05/2021	Tumiritinga	19h
10/05/2021	Resplendor	19h
12/05/2021	Barra Longa	18h
13/05/2021	Periquito	19h
17/05/2021	Revés do Belém	19h
19/05/2021	Sem Peixe, São José do Goiabal, Rio Casca e Adjacências	19h
20/05/2021	Baixa Verde, Marliéria, Pingo D'Água, Timóteo e Ipaba do Paraíso	19h
26/05/2021	Pedra Corrida, Corridinha, Senhora da Penha e Plautino Soares	19h
27/05/2021	Naque, Cachoeira Escura, Ipaba e Ipatinga	19h
31/05/2021	Aimorés	19h
07/06/2021	Itueta	19h

Em 25 de junho de 2021 o Fundo Brasil enviou às Instituições de Justiça integrantes da Força Tarefa do Rio Doce as relatorias das reuniões com atingidos(as) realizadas em Minas Gerais, acompanhada de um documento síntese sobre os trabalhos realizados, com destaque para as queixas e demandas apresentadas pelas pessoas atingidas durante as reuniões realizadas (PR-MG-00042025/2021).

Posteriormente, outras duas reuniões com pessoas atingidas de Minas Gerais foram realizadas entre os meses de junho e julho. Ambas foram demandadas pelas pessoas atingidas durante o primeiro roteiro de reuniões acima relatado. Em 16 de junho de 2021 foi realizada uma reunião em Barra Longa com o propósito específico de tratar do tema da renovação do contrato da Assessoria Técnica Independente já instalada no território. A relatoria desta reunião foi enviada à Força Tarefa em 28 de junho de 2021 (PR-MG-00042025/2021).

Em 07 de julho de 2021 pessoas atingidas de todos os territórios de Minas Gerais participaram de uma reunião ampliada com representantes das Instituições de Justiça onde foram compartilhadas informações a respeito do processo de repactuação. A relatoria desta reunião ainda está sendo finalizada e será entregue à Força Tarefa em julho de 2021.

ATIVIDADES DECORRENTES DAS REUNIÕES REALIZADAS



- **Envio às Instituições de Justiça de levantamento dos casos de corte/redução do AFE no município de São José do Goiabal/MG: no dia 09 de junho de 2021;**

A partir de reunião virtual realizada com as pessoas atingidas de Sem Peixe, São José do Goiabal, Rio Casca e adjacências em 19/05/2021, foi apresentada por uma atingida da comunidade de Biboca (São José do Goiabal), a informação de que tinha conhecimento sobre o corte ou redução unilateral do auxílio financeiro emergencial para várias pessoas em sua comunidade e região, sem que tenha ocorrido comunicação antecipada justificando a medida por parte da Fundação Renova.

Para dialogar com a demanda por esclarecimentos a respeito dessa situação, foi determinado pelas Instituições de Justiça presentes, sob liderança da representante da Defensoria Pública da União, que o Fundo Brasil mantivesse uma interlocução com as pessoas atingidas daqueles territórios com a finalidade de apoiar as lideranças locais na organização de um levantamento dos casos de corte/redução do AFE, que seria então encaminhado às Instituições de Justiça para a adoção das medidas cabíveis.

Assim, em atendimento a esta determinação, o Fundo Brasil contatou a Sra. Simone e a partir das informações fornecidas, construiu a relação de nomes e dados pessoais encaminhada às Instituições de Justiça em 09 de junho de 2021, na qual constam 43 nomes de pessoas atingidas que sofreram corte/redução do AFE e que puderam ser localizadas e apresentaram seus dados pessoais.

- **Envio às Instituições de Justiça de levantamento de informações sobre o histórico de reivindicações da comunidade de São José do Goiabal/MG em relação à qualidade da água: no dia 14 de junho de 2021;**

Na mesma reunião virtual realizada com as pessoas atingidas de Sem Peixe, São José do Goiabal, Rio Casca e adjacências em 19/05/2021, foi apresentado por uma atingida da comunidade de Biboca (São José do Goiabal) questionamento a respeito dos estudos relacionados à qualidade da água em sua comunidade, em especial a partir de coletas feitas entre 17 de dezembro de 2018 a 17 de março de 2019.

Em resposta, a representante do Ministério Público Federal informou que este tema está sendo tratado no âmbito dos estudos e ações na área da saúde, em inquérito civil específico. Relatou, ainda, que o MPF oficiou a Prefeitura de São José do Goiabal para apresentar estudo à população. Para compreender melhor a demanda e o contexto do questionamento apresentado, as Instituições de Justiça solicitaram que o Fundo Brasil mantivesse uma interlocução com a atingida a fim de obter informações complementares sobre o caso e



recuperar o histórico de reivindicações da comunidade em relação à qualidade da água, inclusive para entender os motivos para o não atendimento das demandas por parte dos órgãos responsáveis.

Para atender a esta determinação, o Fundo Brasil contatou a representante da comunidade, colheu seu relato e documentos relacionados, enviando as informações pertinentes às Instituições de Justiça no dia 14 de junho de 2021.

- **Resposta ao Ofício nº 2359/2021/MPF/FT-Rio Doce: no dia 17 de maio de 2021;**

Em 30/04/2021, o Fundo Brasil recebeu o Ofício no 2359/2021/MPF/FT-Rio Doce, pelo qual o Ministério Público Federal formalizou solicitação ao Fundo Brasil para que fosse viabilizada “a interlocução com as lideranças dos territórios atingidos”, com a finalidade de “agendar reuniões para prestação de esclarecimentos sobre o processo de reparação”.

Em resposta, o Fundo Brasil relatou que, conforme pactuado nas reuniões preparatórias realizadas com as Instituições de Justiça, foi articulado um calendário de reuniões com a presença do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e das Defensorias Públicas dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além das lideranças atingidas convidadas e demais experts do MPF. O calendário inicial de reuniões foi pactuado com as Instituições de Justiça em reunião realizada em 27/04/2021 e validado a partir de e-mail enviado pelo Fundo Brasil em 29/04/2021.

- **Resposta ao Ofício nº 2789/2021/MPF/FT-Rio Doce: no dia 25 de maio de 2021;**

Em 20/05/2021, o Fundo Brasil recebeu o Ofício nº 2789/2021/MPF/FT-Rio Doce, pelo qual o MPF solicitou a apresentação da “listagem das reuniões realizadas que tratem do processo de repactuação e os respectivos links de acesso às íntegras dos vídeos/gravações”, tendo em vista a atuação do Fundo Brasil na viabilização das reuniões ocorridas entre representantes das Instituições de Justiça e comunidades atingidas. Em resposta à demanda apresentada, o Fundo Brasil apresentou as informações referentes às reuniões realizadas até aquela data por meio de resposta ao ofício encaminhada em 25 de maio de 2021, indicando os links das gravações (para acesso exclusivo do Ministério Público Federal, em face do registro de dados e informações de pessoas atingidas de natureza sensível e a necessidade de observância da Lei Geral de Proteção de Dados, além da quarentena contratual).

- **Nova resposta ao Ofício nº 2789/2021/MPF/FT-Rio Doce, conforme solicitado: no dia 27 de maio de 2021;**



A partir de orientação do MPF, em 27 de maio de 2021 foi apresentada nova resposta ao Ofício nº 2789/2021/MPF/FT-Rio Doce, com a supressão dos links de acesso às gravações, a fim de proteger os dados e informações sensíveis das pessoas atingidas, nos termos da legislação vigente.

GRUPO DE TRABALHO ENTRE *EXPERTS* SOBRE SISTEMA NOVEL

Em 06 de julho de 2021, Fundo Brasil e Fundação Getúlio Vargas realizaram uma primeira reunião para tratar da criação de um grupo de trabalho para o atendimento de demanda do Ministério Público Federal em relação às tratativas relacionadas ao Sistema Novel no âmbito do processo de repactuação.

Uma vez que a repactuação abrange o tema da indenização às pessoas atingidas, objeto de dissensos e questionamentos em âmbito judicial, a pedido do Ministério Público Federal, o Fundo Brasil e a Fundação Getúlio Vargas atuarão em conjunto para identificar e elaborar propostas visando subsidiar as Instituições de Justiça com dados e informações acerca do Sistema Novel.

Entre outras atribuições, o grupo de trabalho irá analisar quem efetivamente está sendo beneficiado pelo Novel; quem está sendo excluído e com base em quais fundamentos, dadas as limitações do cadastro; além de realizar uma investigação sobre os seus fluxos e processos. A expectativa é que o Fundo Brasil de Direitos Humanos contribua ao trazer a perspectiva das pessoas atingidas que já conseguiram ou ao menos tentaram acessar o sistema indenizatório, bem como aquelas já indenizadas. Ao final dos trabalhos, serão elencadas propostas para o aprimoramento do Sistema Novel, subsidiando assim a atuação da Força Tarefa do Rio Doce e demais Instituições de Justiça no processo de repactuação. O 13º Plano de Atividades Trimestral do Fundo Brasil já prevê a realização de atividades para o desenvolvimento dos objetivos propostos pelo grupo de trabalho.

EIXO 4 ARTICULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS CÂMARAS REGIONAIS, DIÁLOGO COM OUTROS ATORES DA GOVERNANÇA E COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO ATINGIDOS

APOIO AO PROCESSO DE CUSTEIO DE ATINGIDOS, EXCEPCIONALMENTE NA QUALIDADE DE OUVINTES, EM REUNIÕES ORDINÁRIAS DAS CÂMARAS TÉCNICAS E DO CIF CONFORME DETERMINAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ATENÇÃO À DELIBERAÇÃO CIF Nº 319, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Como já reportado em relatórios anteriores, por meio de despacho de 23/08/2019, assinado pelo Procurador da República José Adércio Leite Sampaio, determinou-se ao Fundo Brasil a incumbência de coordenar excepcional e temporariamente as escolhas a serem feitas pelas pessoas atingidas em relação àquelas interessadas em participar das reuniões ordinárias do



Comitê Interfederativo e das Câmaras Técnicas, encaminhando, com até 10 (dez) dias de antecedência, as indicações à Fundação Renova. Assim, desde 11/09/2019, o Fundo Brasil passou a atuar na recepção das solicitações de participação feitas pelas pessoas atingidas, bem como no acompanhamento de seu deslocamento para participação desses espaços.

Em função das medidas de contenção ao avanço do Coronavírus (COVID-19) no Brasil, as reuniões presenciais do Comitê Interfederativo e de suas Câmaras Técnicas continuam suspensas. Reuniões por meio de videoconferência – tal como avalizadas pela Instrução Normativa nº 19¹ – seguem sendo realizadas e o Fundo Brasil prossegue na aplicação do procedimento extraordinário de apoio à participação de pessoas atingidas.

A Deliberação CIF nº 451, de 23 de outubro de 2020, que aprova o calendário de reuniões do CIF para o ano de 2021, determina que as reuniões sejam realizadas por meio virtual “enquanto persistirem as regras impostas em decorrência da pandemia da Covid-19 no país”².

No período de abrangência deste relatório, coube ao Fundo Brasil apoiar a participação de atingidos/as e assessorias técnicas nas reuniões abaixo listadas:

Nº	DATA	DESCRIÇÃO
01	09/04/2021	7ª Reunião Extraordinária do CIF
02	14/04/2021	52ª Reunião Ordinária da CT-INFRA
03	14 e 15/04/2021	40ª Reunião Ordinária da CT-Saúde
04	20/04/2021	52ª Reunião Ordinária da CT-SHQA
05	26 e 28/04/2021	46ª Reunião Ordinária da CT-PDCS
06	30/04/2021	52ª Reunião Ordinária da CT-SHQA
07	05 a 07/05/2021	52ª Reunião Ordinária do CIF
08	10 e 11/05/2021	43ª Reunião Ordinária da CT-ECLET
09	11/05/2021	53ª Reunião Ordinária da CT-GRSA
10	12/05/2021	53ª Reunião Ordinária da CT-EI
11	12/05/2021	53ª Reunião Ordinária da CT-INFRA
12	12 e 13/05/2021	41ª Reunião Ordinária da CT-Saúde
13	18/05/2021	53ª Reunião Ordinária da CT-SHQA
14	19/05/2021	53ª Reunião Ordinária da CT-OS
15	20/05/2021	52ª Reunião Ordinária da CT-BIO
16	26/05/2021	21ª Reunião Ordinária do GT AGROPEC, da CT-EI
17	27 e 28/05/2021	47ª Reunião Ordinária da CT-PDCS
18	02/06/2021	Reunião Extraordinária da CT-FLOR
19	08 e 09/06/2021	53ª Reunião Ordinária da CT-BIO
20	09/06/2021	54ª Reunião Ordinária da CT-EI

¹ Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-19-de-12-de-marco-de-2020-247802008>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

² Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2020/cif-deliberacao-451.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.



21	09/06/2021	54ª Reunião Ordinária da CT-INFRA
22	15/06/2021	54ª Reunião Ordinária da CT-SHQA
23	16 a 18/06/2021	53ª Reunião Ordinária do CIF
24	25/06/2021	44ª Reunião Ordinária da CT-ECLET
25	28/06 a 02/07/2021	Oficina de Planejamento para elaborar o Plano de Ação para Recuperação e Conservação da Biodiversidade Aquática do Rio Doce (PA Rio Doce), da CT-BIO
26	28 e 29/06/2021	48ª Reunião Ordinária da CT-PDCS
27	30/06/2021	54ª Reunião Ordinária da CT-OS
28	01/07/2021	55ª Reunião Ordinária da CT-EI
29	08/07/2021	Reunião Gerencial da CT-GRSA